

RECLAMAÇÃO Nº 39.393 - SP (2019/0355481-4)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECLAMANTE : FFE CONSTRUÇOES, INCORPORACOES E PARTICIPACOES LTDA
RECLAMANTE : CONSTRUTORA ALAVANCA LTDA
ADVOGADO : ANDREI BRIGANÓ CANALES - SP221812
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : NARA BEATRIZ RINALDO MUNIZ
INTERES. : VALDINEI APARECIDO MUNIZ
ADVOGADOS : MATEUS DE OLIVEIRA RAMOS - SP263974
VIVIAN MUNHOZ FORAMIGLIO MINELLI - SP321579

DECISÃO

1. Trata-se de reclamação, ajuizada contra acórdão oriundo do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não conheceu de reclamação apresentada contra a improcedência de reclamação realizada junto Turma de Uniformização do Sistema dos Juizados Especiais de São Paulo, o qual manteve a decisão atacada que condenou a reclamante à restituir valores referentes a comissão de corretagem e serviço de assistência técnico imobiliária.

É a síntese do essencial. Decido.

2. As hipóteses de cabimento da reclamação, consoante o novo CPC, são as seguintes:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

- I - preservar a competência do tribunal;
- II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;
- III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;
- IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

Ainda que a Lei n. 13.256/2016 tenha alterado o inciso IV para dele extirpar a admissão da reclamação contra decisão contrária a precedente proferido em julgamento de casos repetitivos por este Tribunal Superior, o inciso V do § 5º desse artigo rende ensejo ao seu ajuizamento em casos tais, desde que tenham sido esgotadas as instâncias ordinárias:

§ 5º É inadmissível a reclamação:

- I -
- II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

Superior Tribunal de Justiça

Contudo, no caso, evidencia-se, de imediato, a inépcia do pedido correcional, porquanto não está caracterizada nenhuma dessas hipóteses de cabimento.

Ademais, após deliberações ocorridas na sessão de julgamento de 6 de abril de 2016 na Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, na Questão de Ordem suscitada no AgRg na Rcl n. 18.506, foi publicada, em 8 de abril de 2016, a Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre a competência para processar e julgar as reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual ou do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Na referida Resolução, ficou definido que:

Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes (grifou-se).

Esclareço que a referida Resolução entrou em vigor na data de sua publicação - dia 8 de abril de 2016 - com a ressalva, no artigo 3º, de não aplicação quanto às reclamações já distribuídas antes da data mencionada, pendentes de análise no Superior Tribunal de Justiça, o que não é o caso dos autos.

Assim, foi revogada a Resolução n. 12/2009 do STJ para os processos distribuídos a partir de 08 de abril de 2016.

No caso, a reclamação foi recebida e distribuída no dia 26/11/2019, quando já em vigor a Resolução STJ n. 03, de 07 de abril de 2016, o que leva ao não conhecimento do presente feito.

3. Ante o exposto, com base no art. 932, inciso III, do NCPC c/c o art. 34, XVIII, do RISTJ, não conheço da presente reclamação.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator